

RAMAYCA HELEN DE LIMA RESENDE

# CORPO RISCADO

Gênero, Educação e Violência

editora  
**i**taçaiúnas

**Ramayca Helen de Lima Resende**

# **Corpo riscado:**

## **Gênero, Educação e Violência**

1ª edição

Editora Itacaiúnas  
Ananindeua - PA  
2025

©2025 por Ramayca Helen de Lima Resende  
Todos os direitos reservados.  
1ª edição

**Conselho editorial / Colaboradores**

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil  
José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil  
Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil  
Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil  
Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil  
André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil  
Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique  
Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal  
Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil  
Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

**Editoração eletrônica/ diagramação:** Walter Rodrigues  
**Projeto de capa:** Editora Itacaiúnas com imagem de capa do Pexels.  
**Revisão:** da autora.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

R433	Resende, Ramayca Helen de Lima
	Corpo riscado: Gênero, Educação e Violência [recurso eletrônico] / Ramayca Helen de Lima Resende. - Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2025. 57 p.: il.: PDF , 1,0 MB.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-9535-335-0 (Ebook) DOI: 10.36599/itac-978-85-9535-335-0
	1. Educação. 2. Gênero. 3. Violência. I. Título.
	CDD 370 CDU 37

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Educação: 370
2. Educação: 37

E-book publicado no formato PDF (*Portable Document Format*). Utilize software [Adobe Reader](#) para uma melhor experiência de navegabilidade nessa obra.

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).  
Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](#)

Esta obra foi publicada pela **Editora Itacaiúnas** em julho de 2025.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	6
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA: A NATURALIZAÇÃO DO FENÔMENO E O APAGAMENTO DO SUJEITO .....	10
CAPÍTULO 2 - A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE VYGOTSKY: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA EDUCACIONAL.....	19
CAPÍTULO 3 - O PSICÓLOGO PERINATAL E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA .....	29
CONSIDERAÇÕES (NADA)FINAIS .....	47
APRESENTAÇÃO DA AUTORA .....	49
REFERÊNCIAS .....	50

## EPÍGRAFE

*A escrita é o lugar onde as vozes abafadas encontram abrigo e eco.*

*Aqui, o estudo vira semente.*

*[Ramayca Helen]*

## APRESENTAÇÃO

*...Viver é perigoso...*

*...Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo...*

*[Riobaldo Tatarana]*

Um livro tem história. No século passado, distinguam-se as palavras 'estória' e 'história', há tempos, somente história, não apenas como o acontecido na vida humana entre um certo tempo e espaço, mas também as criações e as narrações das memórias exatas ou não, até mesmo aquilo que foi recriado a partir das vivências e oralidades. Um livro tem tantas camadas que ultrapassam as linhas, parágrafos e capítulos, um livro é um tecido visível de tecituras não vistas a olho nu, e no qual sendo visto, por exemplo, em um microscópio, é que se percebem as suas diversas tramas se suas histórias.

Dessa perspectiva, este livro sobre áreas da psicologia e da educação apresenta vários tecidos da autora e de sua intencionalidade na obra, tramas compartilhadas em forma de um texto múltiplo, com mensagens explícitas, o gênero, a educação e as violência, entretanto, também uma mensagem implícita, a preocupação de um mundo melhor e mais igualitário no qual o ser humano conviva com as diferenças de maneira mais leve, livre e agradável, por conseguinte, justa e democrática.

Uma outra camada, ou questão, é que um livro tem leitores. O rio das letras corre de uma nascente para desaguar em algum mar oceano de muitas águas que se unem, os olhos e a inteligência humana leitora, nesse lugar consciente, recriam-se ideias e experiências a partir do lugar demarcado da liberdade de abrir, ler o livro da nascente a partir de suas curvas propostas pelas águas destas letras sólidas do rio da vida.

A psicóloga Ramayca Helen estreia no campo das letras com um oportuno e relevante livro, inicialmente, oriundo de sua caminhada acadêmica na graduação em Psicologia, especialização em Psicologia Social, e recentemente,

outra especialização em Psicologia da Educação. Entretanto, ultrapassa, e muito, essas obrigações das margens universitárias de uma parte da vida, entrando no constante desafio de mostrar-se ao juízo de leitores e críticos, publica porque quer tornar pública inquietações e ideias, assim como dialogar com os outros sobre um embate comum ao humano, gênero, educação, violência e suas expressões cotidianas e desafiadoras na vida em sociedade, quer seja numa família, rua, escola, hospital, e assim por diante.

O tema e os capítulos deste livro se entrelaçam como convite das palavras à experiência da leitura, bem como a experiência de um momento calmo para olhar e ver, em si, e à sua volta, os cenários de violências que transformam o corpo riscado em texto demarcado com tintas de sangue, a vida humana em tecitura complexa entre as questões de gênero do ser mulher, da educação como formação humana e da violência nascitura e materna como um 'olá, seja bem-vinda' à vida, nascente em um mundo violento, escolha viver .

Portanto, o convite é necessário e desafiador. Em primeiro lugar, os assuntos tratados nesta obra são pertinentes à contínua reflexão e ações oriundas de um posicionamento pessoal e coletivo neste mundo. Em segundo lugar, esse é um desafio diário e comum a todas e a todos que lerão este texto com as lentes participativas da sociedade a qual queremos e na qual praticamos o que chamamos de vida. Bem rápido, o desafiador e necessário convite à leitura, à reflexão e à ação estão diante de nós e de nossas escolhas em participar de uma revolução pessoal e coletiva para um tempo-espaco-humanidade na qual somos, participamos e colaboramos com ideias e ações diárias dentro de um o olhar com mais acurado para a psicologia e para a educação como formação humana crítica, ou seja, vemos os próprios corpos riscados, bem como nossos direcionamentos para novas, melhores e maiores reescrituras da vida e do viver, menos perigoso, e mais prazeroso.

*...Faz sol, que bom, como sempre...*

*[Carnaúba]*

## INTRODUÇÃO

Este livro, desde o título, tem uma intencionalidade narrativa: “Corpo riscado: gênero, educação e violência”. Implicitamente a essas palavras, mais que conceitos, o título traz à baila, de fato, um assunto complexo para se questionar, um tema relevante e interdisciplinar para se pensar, uma entre várias pontes para se construir na contemporaneidade.

O capítulo 1 abordará a violência de gênero como um fenômeno social estruturante das relações de poder, discutindo como ela é naturalizada no cotidiano e como contribui para o apagamento subjetivo das vítimas. A partir de um olhar qualitativo, com revisão bibliográfica e análise crítica, ancorada em autores como Judith Butler, Maria Rita Kehl, Maria Berenice Dias, entre outras pensadoras contemporâneas, os dados atualizados de organismos nacionais e internacionais buscam compreender as múltiplas faces da violência de gênero, suas implicações para o adoecimento psíquico e os caminhos possíveis para a superação dessas dores e traumas.

O capítulo 2 proporá uma análise da psicologia da educação fundamentada nas contribuições teóricas de Lev Vygotsky, com ênfase na aprendizagem mediada, na Zona de Desenvolvimento Proximal, e na linguagem como instrumento central no processo educativo. Por meio de uma revisão teórica, investigou-se de que forma esses conceitos influenciam práticas pedagógicas e estratégias de ensino-aprendizagem. Também se discute o papel fundamental da interação social e do contexto cultural na construção do conhecimento, evidenciando suas implicações para o trabalho docente e o desenvolvimento dos alunos. O texto aponta que a incorporação dos princípios vygotskianos pode enriquecer o ambiente escolar, tornando-o mais colaborativo, contextualizado e significativo para os sujeitos da aprendizagem.

O capítulo 3 destacará a atuação do psicólogo perinatal na violência obstétrica, tendo como recorte a atuação do profissional de psicologia dentro da

rede profissional de saúde. Os resultados da discussão destacam a necessidade do psicólogo perinatal com o devido preparo profissional para atuar nos de violência obstétrica como participante de uma rede de apoio à saúde da mulher e do recém-nascituro, tanto no acolhimento à saúde psicológica quanto nos direitos ao atendimento de qualidade na Rede de Saúde. O psicólogo perinatal faz parte de uma necessária mudança nas práticas assistenciais vigentes em relação às violações dos direitos das mulheres, que ocorrem quando são realizadas intervenções desnecessárias num processo que tem sido naturalizado, mantendo assim uma invisibilidade do trauma e do adoecimento mental da parturiente e do nascituro.

O profissional de psicologia, atento às formações humanas no mundo, consciente de suas responsabilidades, é participante da assistência de saúde, bem como de uma formação humana que vê o corpo como texto, tecitura, tramas, cores e dores. Este livro destaca a experiência, não como aquilo que nos passa, e sim como aquilo que nos toca, nos perpassa, nos atravessa, seja de modo positivo ou negativo, o produto de memórias para a vida, seja traumática, ou não, ali estará o psicólogo e sua atuação com o aparato técnico-científico da saúde, mas também como educador e formador de vidas humanas conscientes e reconstrutoras de si.

Por isso nasceu este livro, assim como, agora, segue o convite à sua leitura.

## CAPÍTULO 1

# GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA: A NATURALIZAÇÃO DO FENÔMENO E O APAGAMENTO DO SUJEITO

A violência de gênero constitui-se uma das mais graves violações dos direitos humanos, afetando de forma profunda e duradoura a integridade física, psíquica e emocional de mulheres e pessoas dissidentes de gênero. Trata-se de um fenômeno complexo, sustentado por uma cultura patriarcal que historicamente subalterniza o feminino e naturaliza práticas abusivas e opressoras. Este capítulo busca problematizar como a violência de gênero, ao ser reiteradamente banalizada, colabora para o apagamento subjetivo das vítimas, minando sua capacidade de existir com dignidade.

Para tanto, propõe-se uma análise teórica e crítica da violência de gênero como expressão do poder normativo e disciplinador, abordando suas múltiplas formas de manifestação, os efeitos psíquicos do trauma, e os desafios enfrentados no enfrentamento dessa realidade. Este estudo pretende contribuir para a reflexão acadêmica e social sobre os mecanismos de reprodução da violência e as possibilidades de resistência e reconstrução da subjetividade.

A metodologia adotada foi a qualitativa, com revisão bibliográfica e análise crítica de produções acadêmicas, relatórios institucionais, legislação vigente e dados estatísticos recentes. O recorte temporal privilegia publicações dos últimos dez anos, com destaque para autoras brasileiras e latino-americanas, buscando fortalecer o diálogo com a realidade nacional.

No decorrer do texto, foram discutidas as bases teóricas do conceito de gênero e sua articulação com o poder; as formas de violência de gênero e seus efeitos subjetivos; o ciclo da violência e seus desdobramentos; e, por fim, as

possibilidades de ruptura e superação a partir de práticas de resistência e políticas públicas voltadas à emancipação das vítimas.

### CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE GÊNERO E PODER

A compreensão das dinâmicas de gênero e poder é fundamental para analisar a persistência da violência de gênero na sociedade contemporânea. O conceito de gênero, enquanto construção social e histórica, ultrapassa a dimensão biológica e estrutura as relações sociais a partir de uma lógica binária e hierárquica. Essa lógica naturaliza desigualdades e legitima formas de dominação que incidem, sobretudo, sobre corpos feminizados e dissidentes da norma (Butler, 2003).

Judith Butler (2003) propõe que o gênero é performativo, ou seja, não é uma essência fixa, mas um efeito reiterado de práticas sociais reguladas. A performatividade do gênero é controlada por normas sociais que determinam o que é considerado inteligível dentro de um dado contexto cultural. Dessa forma, indivíduos que não se conformam às normas hegemônicas de gênero são frequentemente marginalizados e silenciados.

O gênero não é uma identidade estável nem uma essência fixa, mas uma identidade constituída ao longo do tempo através de uma repetição estilizada de atos. [...] Essa repetição é regulada por normas sociais que produzem a inteligibilidade do sujeito dentro de um determinado contexto cultural (Butler, 2003, p. 25).

No Brasil, estudiosas como Heleieth Saffioti (2015) e Carla Akotirene (2019) contribuíram com uma perspectiva interseccional, articulando gênero, raça e classe para evidenciar como diferentes formas de opressão se sobrepõem. A violência de gênero, nesse sentido, não é homogênea, mas atravessada por desigualdades estruturais que agravam a vulnerabilidade de determinados grupos sociais.

O poder, por sua vez, não deve ser entendido apenas como algo que se exerce de cima para baixo, mas como uma rede de relações que se manifesta nos discursos, nas instituições e nas práticas cotidianas. Michel Foucault (1988) destaca que o poder é produtivo e se infiltra nos corpos, moldando subjetividades e comportamentos. Essa concepção permite compreender como a violência de gênero é sustentada não apenas por atos explícitos de agressão, mas também por dispositivos simbólicos que legitimam o controle sobre os corpos e as vidas das mulheres.

Nesse panorama, torna-se evidente que a violência de gênero é inseparável das relações de poder que estruturam a sociedade. Ela não é um fenômeno isolado, mas parte de um sistema que legitima a dominação masculina e silencia as experiências das vítimas (Butler, 2004; Saffioti, 2015). Compreender essa articulação entre gênero e poder é essencial para desnaturalizar a violência e construir estratégias efetivas de enfrentamento e transformação social (Kehl, 2019; Dias, 2010).

## A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

A violência de gênero manifesta-se de forma multifacetada, extrapolando a agressão física para abarcar dimensões simbólicas, psicológicas, patrimoniais, morais e sexuais. Essas formas de violência atuam de maneira articulada, muitas vezes invisibilizadas pelo cotidiano, tornando-se parte do tecido social que sustenta a desigualdade entre os gêneros. Conforme aponta Maria Berenice Dias (2010), a violência de gênero é sustentada por uma cultura machista que se perpetua por meio da omissão, da negligência institucional e da convivência social.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), marco legal no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, reconheceu a complexidade do fenômeno e define cinco tipos de violência: física, psicológica,

sexual, patrimonial e moral. Cada uma dessas manifestações atua de modo a cercear a autonomia e a subjetividade da vítima, reforçando padrões de submissão e controle.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelaram um aumento expressivo dos casos de violência psicológica e moral, especialmente durante e após o período pandêmico, o que demonstra a persistência e adaptação do fenômeno às novas dinâmicas sociais. A violência psicológica, em especial, tem se mostrado como uma das formas mais devastadoras, justamente por sua sutileza e dificuldade de comprovação. Diante disso, torna-se necessário aprofundar a análise sobre dois aspectos centrais para a compreensão dos impactos da violência de gênero: a naturalização da violência e o consequente silenciamento das vítimas, e os efeitos psíquicos que culminam no apagamento subjetivo.

A naturalização da violência refere-se ao processo pelo qual práticas abusivas são incorporadas ao cotidiano como comportamentos normais ou aceitáveis, dificultando sua identificação como violência. Esse processo é sustentado por discursos culturais, religiosos e midiáticos que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres, responsabilizando frequentemente a vítima pela agressão sofrida. Judith Butler (2003) argumentou que a linguagem tem um papel fundamental na constituição do sujeito e, portanto, nos mecanismos de dominação: o que não pode ser nomeado, não pode ser reconhecido.

O trauma, a angústia, o sofrimento da vítima são descartados como provas, por serem considerados reações emocionais subjetivas. A palavra da mulher violentada – sobretudo se ela conhece seu agressor, o que é muito frequente – é recebida com suspeita e desconfiança. Não raramente, espera-se que a vítima apresente testemunhas ou marcas corporais para comprovar a violência que sofreu (Kehl, 2004, p. 141).

O silenciamento das vítimas é uma consequência direta dessa naturalização. Muitas mulheres, ao internalizarem a culpa e a vergonha,

permanecem em relações abusivas por longos períodos, sem apoio institucional ou familiar. Maria Rita Kehl (2004) observa que o sofrimento psíquico decorrente da violência tende a ser negligenciado pela sociedade, que frequentemente deslegitima o discurso feminino e prioriza provas materiais em detrimento da palavra da vítima.

## O CICLO DA VIOLÊNCIA E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A compreensão do ciclo da violência é essencial para desvelar os mecanismos que mantêm e reproduzem situações abusivas, especialmente em relações marcadas por assimetrias de poder. Pesquisas contemporâneas reafirmam sua relevância, ao destacar como a violência se perpetua por meio de fases recorrentes: a escalada da tensão, o episódio de violência aguda e a fase de reconciliação, também conhecida como "lua de mel" (Brasil, 2023; Cunha; Martins, 2021). Esse ciclo atua psicologicamente sobre a vítima, alternando punição e afeto como formas de manipulação e controle emocional, o que dificulta a ruptura da relação abusiva.

Ao longo do tempo, essa dinâmica gera confusão, culpa e dependência emocional, dificultando o rompimento com o agressor. O medo, a vergonha e a esperança de mudança contribuem para a permanência da vítima na relação violenta, muitas vezes agravada pela falta de apoio institucional, pela dependência financeira e pela culpabilização social (Dias, 2010; Kehl, 2019). Nesse sentido, o ciclo da violência não se restringe ao âmbito doméstico ou relacional, mas expressa e atualiza desigualdades históricas de gênero (Butler, 2004).

A repetição da violência se articula a um contexto social que, ao mesmo tempo em que a condena em discursos formais, a tolera ou mesmo a incentiva nas práticas culturais cotidianas. A naturalização da violência, discutida no capítulo anterior, é reforçada por narrativas que colocam a mulher na posição de

cuidadora, sacrificada e resiliente, ao passo que normalizam o comportamento agressivo de homens como expressão de virilidade ou desequilíbrio momentâneo (Saffioti, 2015; Louro, 2000).

Essa lógica é alimentada por um sistema jurídico e institucional frequentemente ineficaz, moroso ou revitimizador. Apesar dos avanços promovidos por legislações como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ainda são recorrentes os relatos de negligência, omissão ou julgamento moral das vítimas por parte de profissionais da segurança pública, saúde e judiciário.

Além disso, a mídia desempenha papel ambíguo: ao mesmo tempo que denuncia casos de violência de gênero, frequentemente os retrata de forma sensacionalista ou culpabilizadora, reforçando estigmas e minimizando a responsabilidade do agressor. Essa cobertura distorcida contribui para a banalização da violência e para o reforço de padrões patriarcais (Kehl, 2019; Santos, 2022). A espetacularização da dor feminina e a ênfase em aspectos individuais, em vez de estruturais, obscurecem as causas profundas da violência e dificultam sua problematização no espaço público.

A reprodução das desigualdades se dá, portanto, pela manutenção de estruturas sociais, jurídicas e simbólicas que perpetuam a subalternização de mulheres e pessoas dissidentes de gênero (Butler, 2004; Facchini, 2020). O ciclo da violência é, assim, mais do que uma sequência de eventos em uma relação abusiva: é um dispositivo social que opera silenciosamente na manutenção do *status quo*, mascarando o sofrimento e dificultando a ruptura (Cunha; Martins, 2021).

Romper com esse ciclo exige não apenas a responsabilização dos agressores e a proteção das vítimas, mas uma transformação profunda das estruturas de poder que sustentam a violência. Isso inclui políticas públicas eficazes, educação para as relações de gênero, e uma escuta qualificada e acolhedora que reconheça a complexidade da experiência da vítima. Como

destaca Maria Rita Kehl (2010), a violência que não é simbolizada, que não encontra lugar na palavra, tende a se repetir no ato.

## POSSIBILIDADES DE RUPTURA: RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Diante da naturalização da violência de gênero e dos seus impactos profundos na subjetividade das vítimas, torna-se urgente pensar em possibilidades de ruptura com esse ciclo opressor. A resistência, nesse contexto, não se limita a um ato individual de enfrentamento, mas envolve também processos coletivos, políticos e simbólicos de reconstrução do sujeito e de reconfiguração das relações sociais, como apontam autoras como Butler (2015), Kehl (2004) e Dias (2017).

Judith Butler (2015) argumentou que a agência das vítimas não é anulada pelas normas que as oprimem; pelo contrário, é justamente no confronto com essas normas que emerge a possibilidade de subversão. A resistência, portanto, pode ser entendida como um movimento de reapropriação da própria existência, em que o sujeito recusa a identidade imposta pelo discurso hegemônico e reivindica novos modos de ser e habitar o mundo.

Essa reconstrução subjetiva requer espaços seguros e acolhedores, onde a escuta empática e o reconhecimento da dor possam acontecer. Maria Rita Kehl (2010) destaca o papel da escuta clínica e do acolhimento no processo de elaboração do sofrimento psíquico, permitindo que a vítima reinscreva sua história e ressignifique sua experiência. Nesse sentido, a escuta é uma prática política, pois devolve à vítima o lugar de sujeito de direito e de fala.

Além da dimensão subjetiva, a ruptura com o ciclo da violência depende também de políticas públicas efetivas, que garantam proteção, autonomia e justiça às vítimas. A atuação de redes de apoio – como centros de referência,

serviços de atendimento psicológico, assistência jurídica e abrigos - é fundamental para que a saída da violência não represente, para muitas mulheres, a perda completa de suas condições de existência (Dias, 2017; Silveira, 2015).

Como afirma Maria Berenice Dias:

A efetividade da Lei Maria da Penha depende da existência de uma rede de serviços de atendimento, capazes de oferecer proteção e apoio às mulheres em situação de violência, com atuação articulada e contínua, garantindo-lhes acesso à justiça, saúde, moradia e condições dignas de reconstrução de sua vida (Dias, 2017, p. 45).

É importante reconhecer, ainda, o papel da educação e da cultura na transformação das estruturas que sustentam a violência de gênero. Projetos pedagógicos comprometidos com a igualdade de gênero e a valorização da diversidade podem contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos e para a formação de novas subjetividades. Rubem Alves (2002), ao refletir sobre a potência libertadora da educação, destacou que educar é mostrar a beleza do mundo e possibilitar que o outro descubra sua própria voz.

Butler (2015), Kehl (2004), Rogers (1977) e Alves (2012) apontam que, as práticas de resistência, não se limitam à denúncia ou ao enfrentamento direto da violência, mas incluem também ações simbólicas e afetivas que visam reconstruir o sujeito fragmentado pela dor. A arte, a escrita, a militância e os vínculos comunitários tornam-se caminhos possíveis para elaborar o trauma e afirmar a vida. Nessas práticas, o sujeito encontra modos de se reerguer e de afirmar sua dignidade frente a um mundo que tentou negá-la. Assim, é na intersecção entre a escuta, o cuidado, a política e a criação que se abrem possibilidades reais de superação da violência.

A violência de gênero, ao se estruturar como um dispositivo de poder e controle, contribui diretamente para a manutenção de desigualdades históricas e para o silenciamento das subjetividades dissidentes. Como discutido ao longo deste trabalho, ela não se limita a episódios isolados de agressão física, mas

manifesta-se de forma contínua e simbólica, impregnando relações, instituições e discursos sociais.

A análise teórica fundamentada em autoras como Judith Butler, Maria Rita Kehl e Maria Berenice Dias, além do diálogo com dados empíricos e relatórios oficiais, possibilitou uma compreensão mais aprofundada da naturalização da violência e de seus efeitos psíquicos sobre as vítimas. O adoecimento subjetivo e o apagamento simbólico não são consequências secundárias, mas centrais no processo de perpetuação dessa violência.

Contudo, o reconhecimento da complexidade desse fenômeno também aponta para a urgência de estratégias de resistência e ruptura. A reconstrução do sujeito violentado passa pela escuta qualificada, pela valorização da experiência vivida e pela implementação de políticas públicas eficazes que promovam a autonomia, a dignidade e o cuidado.

Dessa forma, este capítulo reafirmou a necessidade de enfrentar a violência de gênero como uma questão estrutural, que exige não apenas respostas punitivas, mas transformações profundas no modo como concebemos o poder, o corpo e a subjetividade. Superar esse cenário requer o comprometimento coletivo com práticas sociais mais justas, igualitárias e emancipatórias, onde a dor não seja silenciada, e onde todas as formas de existência possam ser reconhecidas e respeitadas.

## CAPÍTULO 2

# A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE VYGOTSKY: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA EDUCACIONAL

A psicologia da educação tem como objetivo central compreender os múltiplos aspectos cognitivos, emocionais e sociais que permeiam os processos de ensino e aprendizagem. Nesse campo, torna-se fundamental adotar abordagens que valorizem a interação dinâmica entre o sujeito e o meio em que está inserido, pois essa relação constitui a base para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e contextualizadas.

Entre os principais teóricos que influenciaram essa visão destaca-se Lev Vygotsky, cujas reflexões sobre linguagem, cultura e interação social formaram os alicerces para uma compreensão integrada, dialógica e sociocultural da educação.

A teoria sociocultural de Vygotsky enfatiza que o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas sim dentro de um contexto social e cultural específico, no qual o sujeito está em constante interação com outros indivíduos e com os instrumentos culturais disponíveis.

Dessa forma, reconhecer e valorizar a realidade cultural dos alunos assume um papel central para tornar o processo de ensino significativo e relevante. Por exemplo, um professor de língua portuguesa que estimula produções textuais relacionadas ao cotidiano dos estudantes pode potencializar não apenas o engajamento e o interesse pela atividade, mas também promover uma aprendizagem mais profunda e conectada à experiência dos alunos, fortalecendo a apropriação dos conteúdos.

Este capítulo objetiva discutir a psicologia da educação à luz da teoria sociocultural de Vygotsky, destacando como sua concepção de aprendizagem mediada, bem como o reconhecimento do papel fundamental da cultura e da linguagem, constituem pilares imprescindíveis para a formulação de práticas pedagógicas contemporâneas.

Buscou-se refletir sobre as implicações dessa abordagem para o cotidiano escolar, analisando de que maneira seus princípios podem orientar estratégias educativas que promovam o desenvolvimento integral do aluno.

Ao considerar o contexto sociocultural dos aprendizes, a teoria de Vygotsky propõe que a mediação pedagógica seja realizada por meio da interação social e do uso de instrumentos culturais, como a linguagem, que funcionam como mediadores do processo cognitivo. Essa perspectiva sugere que o ensino deve ser planejado de modo a estimular a participação ativa dos alunos, a colaboração entre pares e o diálogo constante, elementos que favorecem a construção conjunta do conhecimento.

O estudo aponta caminhos possíveis para a aplicação prática dessa teoria no ambiente escolar, indicando que a incorporação de metodologias dialógicas, atividades colaborativas e o reconhecimento das experiências culturais dos estudantes podem contribuir significativamente para a efetividade do processo educacional, alinhando teoria e prática em busca de uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora.

## VYGOTSKY E A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Lev Vygotsky (1896–1934), psicólogo russo, elaborou uma teoria inovadora que até hoje exerce forte influência sobre a Psicologia da Educação. Sua proposta teórica ressalta que o desenvolvimento cognitivo ocorre fundamentalmente por meio das interações sociais e da mediação cultural. Em oposição a abordagens que entendem o aprendizado como um processo interno e isolado, Vygotsky propõe que o conhecimento é construído por meio da

cooperação e do diálogo com o outro (Vygotsky, 1998). As ferramentas culturais, especialmente a linguagem, desempenham papel essencial nesse processo de construção do saber.

Entre os conceitos centrais da teoria vygotskiana está a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como o espaço entre aquilo que a criança já é capaz de realizar de maneira autônoma e aquilo que pode alcançar com apoio de um adulto ou de colegas mais experientes. Nesse contexto, o professor exerce a função de mediador, propondo desafios adequados ao nível de desenvolvimento dos alunos, de modo a favorecer seu progresso cognitivo. Dessa forma, a prática pedagógica precisa estar atenta às possibilidades de aprendizagem que surgem dentro da ZDP, promovendo intervenções intencionais que estimulem o avanço do estudante (Vygotsky, 1998; Tharp & Gallimore, 2011).

A atualidade da teoria vygotskiana é evidenciada em diversas pesquisas brasileiras, que mostram como seus conceitos podem ser aplicados em diferentes contextos escolares. Em trabalhos como o de Santos (2017), observa-se que a aplicação da ZDP tem sido eficaz, especialmente no atendimento a estudantes com dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas, ao promover estratégias de mediação que valorizam tanto a atuação docente quanto a colaboração entre os alunos. Os resultados apontam para uma melhoria significativa na aprendizagem e na inclusão desses estudantes.

Outro aspecto relevante da teoria é o papel atribuído à linguagem. Vygotsky compreende a linguagem não apenas como um meio de comunicação, mas como instrumento primordial de desenvolvimento intelectual. Por meio do uso da linguagem, o indivíduo organiza seu pensamento, planeja ações e resolve problemas. Atividades escolares que incentivam a verbalização, os debates e as interações discursivas possibilitam o desenvolvimento de habilidades cognitivas mais elaboradas, conforme apontado por Oliveira (2019), que destaca a importância das práticas pedagógicas voltadas ao diálogo para a formação do pensamento crítico.

Além disso, no cenário educacional contemporâneo, a teoria de Vygotsky se articula com o uso das tecnologias digitais, as quais podem ampliar as possibilidades de mediação no processo de ensino. Ribeiro (2020) argumenta que o uso de ferramentas digitais, quando mediado pelo professor, pode potencializar a aprendizagem colaborativa, favorecendo trocas entre os alunos e construção conjunta do conhecimento.

Nesse sentido, as tecnologias ampliam a atuação do professor como mediador e contribuem para tornar o processo de aprendizagem mais interativo, acessível e significativo. Com base nessas contribuições, é possível afirmar que a teoria sociocultural de Vygotsky constitui um referencial sólido para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizam a mediação, o contexto social e a construção coletiva do conhecimento.

#### A MEDIAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

De acordo com Vygotsky (2001), o processo de aprendizagem se desenvolve por meio da mediação de instrumentos culturais, entre os quais a linguagem assume um papel primordial. Essa mediação é o mecanismo pelo qual o indivíduo internaliza o conhecimento e as habilidades, tendo como suporte as ferramentas culturais criadas e transmitidas socialmente. A linguagem, nesse contexto, não é apenas um meio de comunicação, mas a principal ferramenta simbólica que possibilita a organização do pensamento, a regulação da conduta e a construção do conhecimento.

A mediação ocorre quando um sujeito mais experiente – como um professor, um colega ou outro agente social – apoia o aprendiz durante a aquisição de uma nova habilidade ou conceito, facilitando seu desenvolvimento cognitivo.

Esse processo é ativo e colaborativo, pois depende da interação social e do envolvimento mútuo entre os participantes. Nesse sentido, a aprendizagem não se configura como um ato isolado e individual, mas como um fenômeno

essencialmente social, no qual o conhecimento é construído através da troca e do diálogo.

Vygotsky (2001) explicita essa dinâmica ao afirmar que:

Toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual; primeiro, entre as pessoas (interpsicológica), e depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso aplica-se igualmente à atenção voluntária, à memória lógica e à formação de conceitos. Todas as funções superiores se originam nas relações reais entre os indivíduos (Vygotsky, 2001, p. 112).

Essa afirmativa evidencia que as funções cognitivas superiores – como a atenção voluntária, a memória lógica e a capacidade de formar conceitos – têm origem social e só depois se tornam processos internos do indivíduo. Assim, o desenvolvimento psicológico é inseparável da interação social e da mediação cultural. A internalização desses processos sociais permite que o aprendiz transforme suas formas de pensar e agir, possibilitando a construção autônoma do conhecimento (Vygotsky, 1998).

No ambiente escolar, essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que privilegiem a mediação e a interação social como elementos centrais da aprendizagem. Estratégias educacionais que promovem a participação ativa dos alunos, a troca de saberes e o trabalho em grupo configuram-se como espaços privilegiados para o desenvolvimento das funções cognitivas superiores.

Atividades como debates, resolução coletiva de problemas, trabalhos colaborativos e projetos interativos estimulam a construção compartilhada do conhecimento, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades cognitivas complexas, como o pensamento crítico, a argumentação e a criatividade (Vygotsky, 2001).

Vygotsky (1998) entendeu que a mediação pedagógica ultrapassa o papel tradicional de simples transmissão de conteúdos, transformando-se em um processo dinâmico que favorece a autonomia do aluno, a cooperação e o

desenvolvimento integral. O papel do professor, portanto, não se limita à figura do transmissor, mas atua como mediador cultural que facilita o acesso do aluno a novas formas de pensamento e compreensão, respeitando seu ritmo e suas potencialidades.

## O PAPEL DA LINGUAGEM NA FORMAÇÃO COGNITIVA

Para Vygotsky (2001), a linguagem constitui a principal via de mediação entre o indivíduo e o mundo, sendo imprescindível para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Inicialmente, a linguagem exerce seu papel como ferramenta de comunicação externa, voltada para a interação social.

Contudo, por meio de um processo gradual de internalização, essa função externa é transformada em um instrumento interno do pensamento. A internalização permite que o sujeito não apenas comunique ideias, mas também organize, planeje e resolva problemas de maneira autônoma e consciente.

Vygotsky (2001) explicita essa relação entre linguagem e pensamento ao afirmar:

A linguagem e o pensamento seguem inicialmente linhas diferentes, independentes uma da outra. A linguagem é, em sua função primária, um meio de comunicação, um meio social. Por outro lado, o pensamento não está ligado, desde o início, à expressão verbal e não é um produto da linguagem. Apenas mais tarde, ambas as linhas de desenvolvimento se cruzam. A partir desse ponto, o pensamento torna-se verbal, e a linguagem, racional (Vygotsky, 2001, p. 61).

Essa concepção demonstra que, embora linguagem e pensamento se desenvolvam de forma paralela no início, seu entrelaçamento posterior é fundamental para o surgimento do raciocínio verbalizado e da capacidade reflexiva. O entrecruzamento desses processos propicia o desenvolvimento das funções cognitivas superiores, como a abstração, o planejamento e a autorregulação.

Estudos contemporâneos reforçam essa perspectiva. Fragoso e Marinho (2025), por exemplo, ressaltam que a fala, enquanto instrumento simbólico de mediação, desempenha papel essencial no desenvolvimento psíquico. Através da linguagem, o sujeito internaliza experiências e interações sociais, reorganizando-as mentalmente e transformando-as em estruturas cognitivas que sustentam processos complexos, tais como o raciocínio lógico, a regulação emocional e a resolução de problemas.

Castro, Santos e Silva Cruz (2013) destacaram que a Psicologia da Educação deve reconhecer a linguagem não apenas como um meio de expressão verbal, mas sobretudo como uma ferramenta fundamental para a construção do pensamento. Nesse sentido, as práticas pedagógicas precisam incentivar não só a oralidade, mas também a argumentação, a reflexão crítica e o diálogo. Ambientes escolares que promovem a discussão coletiva e a troca de ideias favorecem o desenvolvimento dessas capacidades, consolidando a mediação linguística como elemento central da aprendizagem.

Nesse contexto, Castro, Santos e Silva Cruz (2013) enfatizam que:

Os fatores sociais podem influenciar o pensamento e construir o psiquismo, e a resposta que apresenta nasce de uma perspectiva semiológica, na qual o signo, como um produto social, tem uma função geradora e organizadora dos processos psicológicos (Castro; Santos; Silva Cruz, 2013).

Esse olhar evidencia que os signos, entre eles a linguagem, são produtos sociais que estruturam e organizam os processos psicológicos, confirmando a importância da interação social e da mediação simbólica no desenvolvimento cognitivo.

Portanto, a integração entre linguagem e pensamento é um ponto central na compreensão da aprendizagem, e seu reconhecimento deve pautar práticas educacionais que valorizem a interação verbal, o diálogo e a construção coletiva

do conhecimento, promovendo um ambiente de ensino dinâmico, inclusivo e formativo.

## IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA EDUCACIONAL

A teoria sociocultural de Lev Vygotsky continua sendo um marco para a prática educacional, especialmente no contexto atual, onde a aprendizagem colaborativa e a mediação do professor são essenciais para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Um dos conceitos centrais da teoria vygotskyana é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que aponta para a diferença entre o nível de aprendizagem que um aluno pode alcançar de forma independente e aquele que pode atingir com a ajuda de um adulto ou colegas mais capazes (Vygotsky, 1998). Essa perspectiva destaca a necessidade de um ensino dinâmico e ajustado ao nível de desenvolvimento de cada aluno, no qual o professor desempenha um papel fundamental como mediador (Silva, 2018).

No Brasil, as implicações de Vygotsky para a educação são amplamente adotadas em práticas pedagógicas que valorizam a colaboração, a interação social e o aprendizado em grupo. Estudos indicam que a ZDP é uma base sólida para a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, onde o aluno é incentivado a interagir e construir conhecimento de forma coletiva (Ferreira & Santos, 2021). O trabalho em equipe, os diálogos e as atividades colaborativas são essenciais para promover a reflexão crítica e o desenvolvimento cognitivo, proporcionando um aprendizado mais profundo.

Além disso, a linguagem é vista como um elemento fundamental para a organização do pensamento e resolução de problemas. A teoria de Vygotsky afirma que a linguagem vai além da comunicação e é uma ferramenta cognitiva crucial no processo de aprendizagem. Portanto, atividades que estimulam a

expressão verbal, a argumentação e o debate são vistos como práticas essenciais para o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e a internalização de conhecimentos (Oliveira; Costa, 2020).

Em suma, as implicações da teoria vygotskyana na educação brasileira refletem a necessidade de práticas pedagógicas que priorizem a interação social, a mediação docente e o uso da linguagem para promover o desenvolvimento integral dos alunos, criando ambientes de aprendizagem mais colaborativos e eficazes.

A partir da análise realizada, fica evidente que a teoria de Vygotsky oferece fundamentos sólidos para repensar e aprimorar as práticas educativas. Ao destacar a importância da interação social, da linguagem e da mediação no processo de aprendizagem, o autor propõe uma abordagem que valoriza o papel ativo do sujeito na construção do conhecimento e reconhece o contexto cultural como elemento central na formação cognitiva.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, em especial, permite que o educador compreenda melhor as potencialidades de seus alunos, planejando intervenções pedagógicas mais eficazes e ajustadas às necessidades do grupo. Além disso, a ênfase na linguagem como instrumento de mediação aponta para a importância de práticas escolares que estimulem a comunicação, o diálogo e a reflexão crítica.

Nesse sentido, a psicologia da educação, sob a ótica vygotskiana, contribui para a construção de ambientes escolares mais democráticos, colaborativos e inclusivos. Ao adotar práticas mediadoras que levem em conta a singularidade de cada estudante e a riqueza das interações sociais, o professor fortalece o processo de aprendizagem e favorece o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Diante dos desafios contemporâneos da educação, retomar os pressupostos de Vygotsky torna-se não apenas relevante, mas necessário para promover uma escola que seja, de fato, um espaço de transformação social e de formação humana. Sua concepção de aprendizagem como um processo mediado,

situado historicamente e construído na interação com o outro, oferece subsídios para repensar práticas pedagógicas que ainda se baseiam em modelos tradicionais e transmissivos.

A valorização da linguagem como instrumento de mediação e da Zona de Desenvolvimento Proximal como espaço potencial de crescimento evidencia o papel ativo do sujeito na construção do conhecimento. Assim, ao incorporar esses fundamentos à prática educacional, é possível promover uma educação mais inclusiva, dialógica e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

## CAPÍTULO 3

## O PSICÓLOGO PERINATAL E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A gravidez e o puerpério são uma das fases mais delicadas da vida de uma mulher (Pereira *et al.*, 2016). Durante esse período, é necessário um conjunto de cuidados acerca dessas mulheres, como exemplo: o acolhimento dos direitos, a sensibilidade da equipe de saúde e a atenção da rede de cuidados nesse momento ímpar para a mãe, criança e família. Entretanto, destacam-se, cada vez mais, uma série de abusos e casos em que tais mulheres sofrem a violência obstétrica antes, durante ou depois do parto.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que a violência obstétrica é uma violação dos direitos humanos fundamentais. Muitas dessas mulheres experimentam abusos, desrespeito, maus-tratos e negligência durante a assistência ao parto nas instituições de saúde. Isso representa uma violação da confiança entre as mulheres e suas equipes de saúde (OMS, 2014).

A violência obstétrica é ação ou omissão que cause dor, dano ou sofrimento desnecessário a mulher, praticada sem o seu consentimento durante o pré-natal, parto ou puerpério. Consiste na apropriação indevida do corpo da mulher pelos profissionais de saúde através de um tratamento desumano, abuso de medicamentos sem o consentimento explícito da mulher, patologização dos processos naturais, reduzindo toda sua autonomia (Katz, 2020).

Justifica-se este tema devido ao número considerável de mulheres que sofrem com tal violência e, em diversas vezes, não sabem de seus direitos como os canais de denúncia bem como sobre a assistência psicológica nesses casos. Dessa forma, destacar-se-á na pesquisa o trabalho do psicólogo perinatal em acolher, informar e acompanhar essas mulheres no processo da gestação e puerpério no que tange ao caminho seguro para uma gestação e parto saudáveis, destacando a importância da saúde mental nesse processo.

Assim, aborda-se a Psicologia da Saúde e Hospitalar, os principais tipos de violência obstétrica e a importância do Psicólogo no combate e prevenção da violência contra a mulher parturiente. De maneira geral, o trabalho apresenta característica de orientação aos leitores sobre a violência obstétrica e da importância do psicólogo na atenção humanizada ao ciclo gravídico-puerperal. E de modo específico, faz-se um recorte em artigos da plataforma SciELO e Google acadêmico para a delimitação das ações conjuntas do profissional de psicologia.

## PSICOLOGIA HOSPITALAR E DA SAÚDE

A psicologia hospitalar é uma área da psicologia que atua no contexto hospitalar com o objetivo de promover o bem-estar psicológico de pacientes, familiares e profissionais da saúde. Segundo Simonetti, em seu livro "Manual da Psicologia Hospitalar" (2016, p. 19):

A psicologia hospitalar se ocupa das diversas demandas que emergem no contexto hospitalar, sejam elas relacionadas às dificuldades emocionais dos pacientes, às necessidades de informação e orientação dos familiares, às questões éticas e legais envolvidas nos cuidados médicos, dentre outras.

O trabalho do psicólogo hospitalar é bastante diversificado e abrange desde a avaliação e tratamento de transtornos psicológicos até a promoção da saúde mental e a prevenção de problemas emocionais decorrentes da hospitalização. Além disso, o psicólogo hospitalar também atua junto à equipe de saúde multidisciplinar, ajudando a lidar com questões emocionais e comportamentais que possam interferir no tratamento médico. Uma das principais contribuições da psicologia hospitalar é ajudar os pacientes e familiares a lidar com a ansiedade, o medo e a incerteza que muitas vezes acompanham o processo de hospitalização. A intervenção do psicólogo pode contribuir para reduzir o sofrimento emocional dos pacientes e tornar a experiência de hospitalização menos traumática.

Simonetti (2016) aduz que a psicologia hospitalar é um campo de estudo que se dedica à compreensão e tratamento dos aspectos psicológicos relacionados ao adoecimento, não se restringindo apenas a doenças de causas psicossomáticas. O foco da psicologia hospitalar é o aspecto psicológico que envolve o adoecimento. Mais que uma atuação determinada por uma localização, a "psicologia hospitalar é o campo de entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento" – aquele que se "dá quando o sujeito humano, carregado de subjetividade, esbarra em um "real", de natureza patológica, denominado doença" (Simonetti, 2016, p. 15).

Entende-se, então, que psicologia hospitalar não se restringe apenas à intervenção nos casos de transtornos psicológicos, mas sim a uma abordagem que visa considerar o indivíduo como um todo, levando em conta as dimensões biológicas, psicológicas e sociais, visto que a atuação do psicólogo hospitalar estabelece uma presença em todo o processo de internação da parturiente. Assim, baseado no princípio da integralidade na rede de apoio à saúde da mulher, o profissional de psicologia, de modo interdisciplinar, age de modo fundamental para a implementação de estratégias alternativas nas práticas de atenção à saúde.

Alves *et al.* (2017) destacam que a psicologia da saúde é considerada um novo campo de saber que se cria uma na estrutura a partir da inserção de psicólogos na Rede de Atenção Básica de Saúde e na inovação dos campos de atuação do psicólogo. Esse contexto vem introduzindo transformações qualitativas na prática profissional que requer novas perspectivas teóricas. Esse novo campo de saber, situa as questões de saúde entre o individual e o social, e instaurasse como área de especialização da psicologia social.

Para os psicólogos, essencialmente, a atuação na atenção básica se caracteriza pelo desenvolvimento de um trabalho da equipe de saúde na comunidade hospitalar focando, sobretudo em ações de promoção à saúde mental no exercício e trabalho com prevenção e atenção curativa. Dessa forma, o papel do profissional de psicologia na saúde coletiva como partícipe de equipe de apoio na unidade local de saúde (Böing *et al.*, 2010).

## VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

No que tange à violência obstétrica, Dias e Pacheco (2020) apontam que com frequência, as alterações psíquicas na mulher podem surgir em função de alguns traumas, entre elas o estado de choque que ocorre imediatamente após uma agressão, permanecendo assim, por várias horas ou dias:

Independentemente do tipo de violência e o comprometimento causado à saúde física, as sequelas geralmente vão além dos danos imediatos. O aspecto traumático da violência pode comprometer seriamente a saúde mental da mulher, especialmente porque interfere em sua autonomia, gerando sentimentos duradouros de incapacidade e de perda da valorização de si mesma (CFP, 2013, p. 71 *apud* Dias; Pacheco, 2020 p. 8).

Nessa perspectiva, as alterações psíquicas de uma mulher podem acontecer devido aos traumas que ela se submeteu, um deles é o estado de choque após uma agressão. Tais traumas vão além do que se podem imaginar, eles podem comprometer seriamente a saúde física da mulher e, podem interferir diretamente em sua autonomia, gerando sentimento de incapacidade e perda de valorização em si mesma.

Dias e Pacheco (2020) relatam em seus estudos que a mulher que sofre algum tipo de violência, possui dificuldade em responder de maneira imediata à violência que sofreu. Pois, ela encontra muitas barreiras para se defender e, assim permanece em posição passiva por essa totalmente desamparada. Então, quando a mulher toma esta postura de relatar a agressão que sofreu, posteriormente surgem os sentimentos como a indignação, a revolta e a incapacidade por não ter conseguido responder a altura diante da violência em que sofreu.

É por meio da equipe de saúde, que segundo Dias e Pacheco (2020), pode-se iniciar a ideia de que a violência obstétrica também pode ser considerada uma violência de gênero.

**Quadro 1:** Tipos de violência obstétrica.

Tipos de violência obstétrica	Características de violência obstétrica
Negligência	Omissão de socorro.
Violência psicológica	Tratamento hostil, ameaças, gritos e humilhação intencional.
Violência física	Negar o alívio da dor quando há indicação técnica.
Violência sexual	Quando há assédio sexual e estupro.

Fonte: Zanardo *et al.* (2017).

Na concepção de Abreu *et al.* (2021), há violência obstétrica quando ocorre:

- a) abuso físico; b) imposição de intervenções não consentidas/intervenções aceitas com base em informações parciais ou distorcidas; c) cuidado não confidencial ou privativo; d) cuidado indigno e abuso verbal; e) discriminação baseada em certos atributos; f) abandono, negligência ou recusa de assistência; e g) detenção nos serviços de saúde (Abreu *et al.*, 2021, p. 222).

Os autores ressaltam que ao chegarem a essa conclusão com base nos relatos de parturientes e dos profissionais da saúde que foram pesquisados nos estudos que foram selecionados. Abreu *et al.* (2021) relatam que o abuso físico são práticas que se referem diretamente ao corpo da mulher, como por exemplo, exames de toques desnecessários.

Já a posição de intervenções não consentidas e/ou intervenções aceitas com base em informações parciais ou distorcidas foram citadas durante a realização da pesquisa. Assim, também os danos emocionais que são causados em relação à prática de amarrar os braços da mulher na intenção dela não acolher o filho em seus braços, também é considerada uma violência obstétrica. Os autores também falam que o ato de administrar medicamento de efeito sedativo, sem comunicar a mulher é um ato de violência obstétrica.

Abreu *et al.* (2021) fazem uma consideração importante com relação as práticas de indução do parto. O uso de medicamentos com a finalidade de induzir e/ou acelerar o processo de parto, como a ocitocina (Nascimento *et al.*, 2019 *apud* Abreu *et al.*, 2021) é utilizado por questões alheias à saúde da mulher:

Muitas vezes, esta prática é realizada como “solução” diante da precariedade do sistema, que não dispõe de salas de parto suficientes para abrigar todas as parturientes. Por isso, é necessária uma análise macro da temática, que considere o sistema de saúde do país (Urrea; Berrío; Merino; Zapata 2018 *apud* Abreu *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, o uso de medicamentos com a finalidade de induzir, ou acelerar o processo do parto, é visto em muitos casos como a única solução, uma vez que o sistema não possui salas de parto suficientes para abrigar todas as parturientes.

O abuso verbal, segundo as pesquisas de Abreu *et al.* (2021), está na categoria mais comum, uma vez que ela é a mais fácil de ser identificada pelas vítimas. O cuidado indigno acontece quando a mulher é deixada sozinha após a cirurgia, assim, um exemplo é quando a mulher ao buscar ajudar em uma maternidade e ser repreendida por um profissional da saúde.

Pode-se perceber, então, que são inúmeras as práticas de violência obstétrica praticadas contra a mulher, e cabe às vítimas informação das violências bem como seus direitos e canais de denúncias a fim de procurarem seus direitos perante a justiça. O quadro a seguir, de modo geral, mostra alguns relatos de violências obstétricas de desrespeito e abuso durante o parto e o nascimento entre as mulheres que visitaram a Exposição “Sentidos do Nascer” (Brasil, 2015-2017).

#### Quadro 2: Relatos de violência.

Categorias de desrespeito e abuso	Fragmentos dos relatos das mulheres
Imposições não consentidas; intervenções aceitas com bases em informações parciais ou distorcidas.	“Queriam amarrar meus braços”. “Eu não queria ter feito episiotomia. Não fui informada que seria feito o procedimento. Durante o parto eu pedi pra tomar uma dose de anestesia e depois que fizeram o corte que eu fui me dar conta que tinha feito”. “Oh, a única coisa que não gostei é de ter subido na minha barriga sem avisar”; “... meu marido foi obrigado a assinar um termo autorizando o uso de fórceps”. “Comprometeu (o médico) a encaminhar meu plano de parto para a equipe da Cesária e não o fez”. “Com 6 cm de dilatação eles me deitaram e queria que eu ficasse deitada. Eu tive que brigar pra ficar de cócoras porque minha filha não estava encaixada

	ainda. Não foi normal pra mim, de certa forma, porque eles fizeram um monte de coisas que eu não queria que acontecesse”; “Tive o corte no períneo e uma enfermeira empurrando minha barriga”.
Cuidado indigno e abuso verbal	“Porque eu me senti violada, na verdade, me senti agredida”; “O obstetra que me operou já entrou na sala de parto dizendo: ‘vamos acabar com isso que eu ainda preciso correr hoje’. A anestesista ficou no telefone o tempo todo falando com a operadora de crédito”; “Somos tratadas de maneira mecânica, quando perguntamos algo os profissionais não respondem com clareza o nosso questionamento”; “Eu percebi certa pressa nos profissionais que me atenderam por ser domingo à noite. Inclusive estavam um pouco desatentos, pois era dia de clássico e estava sendo televisionado no hospital”. “... O médico falou de forma muito grosseira ‘eu sei que está doendo, não precisa gritar’. Eu me senti extremamente violentada”; “O médico cirurgião foi um grosso na forma de falar”.
Abuso físico	“... toda hora fazendo o exame de toque e forçando”. “... teve toque, desnecessário, parece que é forçado. E me senti mais exposta”; “Senti muitas dores depois na barriga porque tiveram que apertar minha barriga para ajudar a nascer”; “Me senti mutilada quando fizeram a episiotomia em mim”.
Abandono, negligência ou recusa de assistência	“Eu fui deixada numa cadeira depois do pós-parto, logo que passou a anestesia. Quase uma tarde inteira sentada na cadeira. As enfermeiras não vinham me ajudar”. “Eles me largaram lá no corredor gritando por muito tempo e isso me deixou muito triste”; “Cheguei na maternidade já em trabalho de parto e não teve assistência, ganhei sozinha e minha mãe precisou correr atrás do médico para ajudar”.
Cuidado não confidencial ou não privativo	“Após me levarem ao bloco cirúrgico fizeram exame de toque em mim no corredor sem privacidade nenhuma”; “Fiquei em um quarto com mais de 6 gestantes, dividido por cortinas e divisórias. Escutava elas gritando de dor e aquilo me deixava mais nervosa, não tinha nada que pudesse me distrair!”.
Discriminação baseadas em certos atributos	“Fui muito maltratada do hospital, por ser de 23 semanas eles acharam que eu tinha tentado aborto e me maltrataram por isso”; “Houve atenção diferenciada para paciente conhecida do médico, ela entrou depois de mim e saiu antes bem antes para a cesariana”.

Fonte: Exposição Sentidos do Nascer *apud* Lansky (2019, p. 2819).

## O PSICÓLOGO NO COMBATE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A função do psicólogo perinatal é de prevenir e remediar situações de angústia que surgem durante a gravidez e o puerpério, e que podem atrapalhar de alguma forma essa mãe. É por meio do psicólogo perinatal que oferece apoio emocional e compreensão das coisas que acontecem nesse período. É, também, função do psicólogo perinatal ajudar as famílias a se adequarem as maneiras terapêuticas, promovendo assim, uma saúde adequada materno-infantil. Barbosa *et al.* (2021) vêm nos relatar um pouco das funções do psicólogo perinatal:

A psicologia perinatal surge para prevenir e remediar situações de angústia que possam surgir no processo gravídico-puerperal [...] através da atuação do psicólogo perinatal poderá ser possível complementar o pré-natal tradicional, oferecendo apoio emocional, compreensão das demandas que poderão surgir neste período e auxiliar para que a família se adeque a elas de maneira terapêutica, promovendo saúde materno-infantil adequada (Barbosa *et al.*, 2021).

Os psicólogos podem desempenhar um papel importante na prevenção e no combate à violência obstétrica. Eles podem trabalhar em equipe com obstetras, enfermeiras e outros profissionais de saúde para fornecer atendimento adequado e prevenir situações de abuso. Além disso, os psicólogos podem ajudar a tratar os efeitos traumáticos da violência obstétrica nas mulheres que foram vítimas desse tipo de violência (Iaconelli, 2012).

Um estudo conduzido por Leal *et al.* (2018) mostra que as mulheres que receberam atendimento obstétrico humanizado, que respeita suas escolhas e autonomia, apresentaram menor incidência de violência obstétrica e maiores índices de satisfação com o parto. Os autores enfatizaram a importância de uma abordagem integrada de cuidados obstétricos, que envolva profissionais de diferentes áreas, incluindo psicólogos.

O papel do psicólogo na maternidade é propiciar um espaço de escuta para que a família possa nomear e atribuir significados àquela situação. A

importância desse lugar de escuta deve ultrapassar as fronteiras do contexto hospitalar, os serviços psicológicos e sociais devem facilitar o caminho para que as mulheres possam pedir ajuda para lidar com os fragmentos e fraturas da história de cada gestação e maternagem (Iaconelli, 2012).

Há ainda, em pleno século XXI, desafios que são inerentes ao espaço ampliado dos direitos da mulher na sociedade moderna, e ademais, as parturientes dentro do Sistema de Saúde devem ter conhecimentos de seus direitos para repelirem os casos de violência obstétrica tão marcantes, entre traumas físicos e memoriais para a mulher, para o recém-nascituro e para a família que está nesse processo. Por isso, o profissional de psicologia tem a sua devida relevância para a saúde mental desses participantes da relação perinatal.

Este capítulo apresenta uma abordagem qualitativa (Shaughnessy *et al.*, 2012), quanto ao procedimento foi adotado o método indutivo-monográfico (Marconi; Lakatos, 2017), e em relação à técnica da pesquisa é uma revisão bibliográfica narrativa (GIL, 2002).

Dessa forma, a partir de trabalhos científicos divulgados *online* e disponíveis nas bases de dados utilizou-se como descritores (DECs) “violência obstétrica” e “psicologia perinatal”, prioritariamente em língua portuguesa, nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google acadêmico, logo, nesse recorte metodológico, fez-se a revisão bibliográfica para a coleta de dados publicados em artigos de reconhecida importância e impacto na área da pesquisa.

Neste capítulo foram utilizados como critérios de inclusão: artigos dos últimos cinco anos (2017 a 2022); artigos completos no idioma português e que estivessem relacionados com o tema central do artigo. Como critérios de exclusão foram excluídos os artigos pagos, duplicados em mais de uma base de dado, artigos bloqueados, trabalhos de conclusão de curso, bem como dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Dessa forma, 12 artigos foram selecionados para as discussões e resultados. Como critério de seleção foram desconsiderados artigos duplicados, incompletos, ou que não estivessem disponíveis de forma

gratuita. Após leituras minuciosas desses artigos, e reunidas todas as informações necessárias e importantes, se deu a fase de redação deste trabalho no mês de maio e junho.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme a metodologia adotada no presente capítulo, destaca-se a seguir tanto a atuação do profissional de psicologia na prevenção, combate e acolhimento às mulheres que sofrem violência obstétrica, bem como a participação dentro de uma equipe multidisciplinar na Rede de Saúde nos cuidados e no acesso ao conhecimento de direitos das parturientes.

**Quadro 1.** Artigos selecionados.

AUTOR/ ANO	OBJETIVOS	DISCUSSÃO
BRITO <i>et al.</i> (2020)	Buscou discutir a violência obstétrica, a psicologia e os direitos da parturiente.	A violência obstétrica pode ser considerada uma espécie de violência de gênero, simbólica e institucional. Arraigada ao cotidiano feminino, em muitas circunstâncias, é naturalizada. Todavia, o aumento do acesso à informação, entre outros fatores, vem ocasionando mudança de postura, constatada pelo crescimento das denúncias e demandas judiciais e psicológicas.
CARDEAL <i>et al.</i> (2021)	Verificar a violência obstétrica e suas implicações na saúde mental da mulher parturiente.	Os impactos da violência obstétrica da saúde mental da mulher parturiente. Os movimentos e lutas históricas cravadas por mulheres para conquistar seu lugar dentro da sociedade atual entre fatores sociais, culturais e religiosos que contribuíram e contribuem para o patriarcado dentro da sociedade contemporânea, mais especificamente dentro da instituição hospital.
COELHO <i>et al.</i> (2020)	Descobrir as consequências da violência obstétrica: a agressão silenciosa nas salas de parto.	A violência obstétrica no Brasil e a história do parto, explicitando as práticas utilizadas, bem como as definições, categorias e consequências geradas pela violência obstétrica. Discute-se ainda a naturalização das diversas formas de violência praticadas

		durante o pré-natal, parto e puerpério, bem como as diferenças observadas entre os acompanhamentos e partos efetuados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nos âmbitos público e privado, nesse último caso, quando há regulação pública.
DIAS <i>et al.</i> (2020).	Analisar quais são os fatores de risco nas marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica.	A violência obstétrica pode ser definida como práticas contra a saúde sexual e reprodutiva da mulher grávida, podendo ainda considerar-se uma apropriação do corpo da mulher, marcado por um tratamento desumanizado. Suas principais tipificações são: violência física, psicológica e sexual, assim como contribuir para o meio científico que contém escassez de materiais em relação aos fenômenos psicológicos.
LANSKY <i>et al.</i> (2019)	Observar quais os desafios da violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes.	A exposição Sentidos do Nascer busca incentivar o parto normal para promover a saúde e melhorar a experiência de parir e nascer no País. Nos relatos de violência obstétrica: intervenção não consentida/aceita com informações parciais, cuidado indigno/abuso verbal; abuso físico; cuidado não confidencial/privativo e discriminação.
MATIOLI <i>et al.</i> (2021)	Analisar as consequências geradas pela falta de consciência "Por baixo dos lençóis: Realidade da violência obstétrica".	Uma pesquisa bibliográfica exploratória relacionada à atuação da(o) Psicóloga(o) na maternidade. Entende-se que esses sofrimentos relacionados à maternidade são uma demanda que envolve além do gestar. Sendo assim, a importância dessa pesquisa se dá pelos aprendizados, produção de conhecimento e contribuição à ciência sobre as formas de sofrimento psíquico neste contexto, e essa escolha veio diante do contexto real em que vivemos, da expectativa em relação ao parto ideal. O percurso será sob a óptica da Psicologia Hospitalar e tem como objetivo principal, a compreensão dos fatores que levam ao sofrimento psíquico nas mulheres em todo o processo de hospitalização no parto.
MATOS <i>et al.</i> (2021)	Buscar os relatos da Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato das Mães.	Experiências de pais e mães acerca do parto, a partir de um estudo de caso coletivo. Investigar a experiência denominada violência

		obstétrica no relato de mães. A falta de suporte psicológico do ambiente como um fator constitutivo da experiência de violência obstétrica, e para a escrita dos relatos como recurso de elaboração dessa experiência traumática.
MEDEIROS <i>et al.</i> (2022)	Analisar as consequências e relatos psicológicos “Na hora de fazer não chorou: a violência obstétrica e suas expressões”.	Análise da violência obstétrica e suas diversas expressões sob a ótica de puérperas e versaram sobre o perfil socioeconômico, a experiência vivenciada no parto e a percepção que as mesmas detinham sobre a violência obstétrica. O enfrentamento da violência obstétrica demanda atribuir maior visibilidade a esta problemática, incluindo-a nos processos de formação e nos espaços de trabalho destes profissionais, bem como entre as mulheres, na busca de propiciar a identificação e o enfrentamento dessa forma de violência.
NOLI <i>et al.</i> (2021)	Verificar as consequências da violência obstétrica: Invisibilidade e enfrentamento psicológico.	A violência obstétrica é qualquer ato exercido por profissionais da saúde que violem os direitos reprodutivos e sexuais de mulheres no processo gravídico-puerperal. Discute-se o trabalho de 8 psicólogos nos contextos socioassistenciais e a imprescindibilidade do olhar da psicologia na investigação e no enfrentamento da violência promovendo o empoderamento feminino e a preservação da subjetividade da mulher.
PAIVA <i>et al.</i> (2022)	Analisar as representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência.	Evidenciou-se a violência obstétrica ancorada por profissionais em práticas violentas, que abrangem desde expressões grosseiras a intervenções baseadas em evidências frágeis. As puérperas, por sua vez, percebem-na através de ausência de informação, tratamento recebido e privação de seus direitos.
TEIXEIRA <i>et al.</i> (2020)	Analisar a percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar.	Discute o conhecimento das parturientes sobre violência obstétrica, levantar se conseguem identificar as principais ações presentes na violência obstétrica, detectar os impactos físicos e psicológicos da violência obstétrica.
ZANARDO <i>et al.</i> (2017)	Observar se há consequências diferentes se tratando de violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa.	Aborda o histórico do parto e suas intervenções, o conceito de violência obstétrica, os marcos legais e o panorama brasileiro da assistência

		<p>ao parto. Constatou-se que não há um consenso em relação ao conceito de violência obstétrica no Brasil, embora as evidências indiquem que essa prática ocorra. Consideram-se necessárias mudanças nas práticas assistenciais vigentes, visando a reduzir as intervenções desnecessárias e as violações aos direitos das mulheres.</p>
--	--	--

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Brito *et al.* (2020) destacaram que a violência contra as mulheres é um fato histórico permeado de contextos sociais que não pode se manter como natural, assim como um caminho da educação para submissão feminina, bem como uma violência frequentemente perpetrada contra o feminino. Em pleno século XXI, os direitos das mulheres se consolidam cada vez mais e o tratamento desumano, abuso de medicalização, agressão verbal, constrangimentos e danos às mulheres durante o pré-natal, o trabalho de parto e o próprio parto e pós-parto fazem parte desse tipo de violência obstétrica de uma agressão de gênero, física, simbólica, institucional, jurídica e psicológica.

Cardeal *et al.* (2021) analisaram os diversos impactos da violência obstétrica na saúde mental da mulher parturiente, à luz de uma ótica feminista dentro da psicologia. Os autores contribuem para responder interrogações relevantes: os impactos da violência obstétrica da saúde mental da mulher parturiente; os movimentos e lutas históricas cravadas por mulheres para conquistar seu lugar dentro da sociedade atual; os principais fatores sociais, culturais e religiosos que contribuíram e contribuem para o patriarcado dentro da sociedade contemporânea, mais especificamente dentro da instituição hospitalar; por parte da equipe, formada em sua grande maioria por homens e até mesmo mulheres, que reproduzem o discurso machista na hora do parto. Dessa forma, a violência psicológica, e o conseqüente trabalho do psicológico, é parte e conseqüência das questões fundantes da dignidade humana como um corte na alma e na história do corpo humanizado da parturiente no parto seguro, e principalmente sem traumas.

Coelho *et al.* (2020) abordaram as consequências angustiantes e silenciadas das agressões da persistente violência obstétrica. Essas agressões institucionalizadas, ou seja, como prática historicamente normalizada em diversas categorias e espaço favorecem a discussão da necessidade de intervenções didáticas e psicológica para a informação e consciência tanto para o conhecimento da violência quanto dos direitos. Dentre as intervenções, destaca-se o acompanhamento psicológico de emergência e também clínico. Logo, na ambiência hospitalar pública, ou particular, esses caminhos para o tratamento do trauma psicológico precisam ainda ser consolidado na rede de saúde, bem como nos espaços posteriores da atuação da maternidade.

Dias *et al.* (2020) enfrentaram de modo assertivo a questão das marcas do parto. A violência obstétrica é uma agressão à saúde reprodutiva da mulher grávida de apropriação do corpo e das emoções da mulher em um tratamento desumano em suas tipificações de ordem física, psicológica e sexual. Uma em cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência que tem impacto significativo na saúde mental da mãe como do bebê. Dessa maneira, deve-se identificar as consequências psicológicas que acometem as mulheres vítimas da violência obstétrica assim como quais efeitos existem e sua relação com a violência de gênero. Essa perspectiva precisa ser percebida como oportunidade de enfrentamento a essas realidades tão traumáticas nas ordens física e psicológica. É fundamental cuidar da mulher nesse período de grande vulnerabilidade, pois ela pode apresentar sofrimento emocional, como tristeza, angústia, culpa, medo, inferioridade e insegurança. Também pode ocorrer o aparecimento de comorbidades, traumas e o impacto negativo na sua qualidade de vida. O psicólogo também atua para visibilidade da temática, da necessária e efetiva assistência, buscando desenvolver estratégias de conscientização e prevenção dessa realidade.

Lansky *et al.* (2019), a partir da exposição “Os sentidos do nascer”, buscaram discutir o excesso de intervenções no parto dentro da realidade brasileira, o que também contribui para os elevados índices de morbi-

mortalidade materna e neonatal. Dessa maneira, a exposição busca incentivar o parto normal para promover a saúde e melhorar a experiência de parir e nascer no Brasil. A exposição denuncia que seja cesárea ou normal, a agressão obstétrica reportada pelas mulheres e famílias associada ao gênero, à renda, à ausência do companheiro, à posição litotômica e manobra de Kristeller feita de modo criminosamente invasivo etc. A exposição e as visitas aumentaram o conhecimento das gestantes sobre violência obstétrica, e ademais, também aos profissionais de saúde sobre procedimentos obsoletos ou danosos na assistência ao parto que geram violência obstétrica. E assim, o profissional de psicologia, como agente de saúde emocional, contribui para ampliar o conhecimento e a mobilização social sobre as práticas na assistência mental ao parto e nascimento.

Matioli *et al.* (2021) enfrentaram a discussão e a proposição relacionada à atuação da(o) psicóloga(o) na maternidade. Os sofrimentos relacionados à maternidade são uma demanda que envolve o gestar e o conceber a fim de que esse momento seja marcante de modo positivo para a mulher e para a família. O próprio percurso da psicologia hospitalar tem como objetivo principal a compreensão dos fatores que levam ao sofrimento psíquico nas mulheres em todo o processo de hospitalização no parto. Dentro de uma rede profissional multidisciplinar de saúde, o psicólogo tem em sua prática profissional: a) a visualização das doenças frequentes da saúde emocional como aborto espontâneo, depressão pós-parto, rejeição das crianças entre outras desordens oriundas da violência obstétrica empregada no processo do gestar e nascer; b) a compreensão que essa violência pode se dar na função orgânica, física e mental carecendo de uma escuta psicológica hospitalar que avalie e acompanhe as problematizações psíquicas das pacientes sob processos obstétricos; c) também são realizadas intervenções que envolvem a relação entre equipe/paciente, paciente/família e equipe/família.

Matos *et al.* (2021) e Medeiros *et al.* (2022) analisaram experiências de pais e mães em torno do parto e do nascimento a partir da relação gestação, parto e parentalidade com a necessária investigação da experiência denominada

violência obstétrica no relato de mães. E assim, os resultados apontaram para a falta de suporte do ambiente como um fator constitutivo da experiência de violência obstétrica, e para a escrita dos relatos como recurso de elaboração dessa experiência traumática entre os procedimentos médicos como a episiotomia, a anestesia e a cesariana causando prejuízos psíquicos à saúde materno-infantil. Dessa forma, analisar a violência obstétrica e suas diversas expressões sob a ótica de puérperas versam sobre o perfil socioeconômico, a experiência vivenciada no parto e a percepção que as mesmas detinham sobre a violência obstétrica. E, portanto, identificou-se que a violência obstétrica é recorrente na assistência hospitalar e tem em suas bases nas desigualdades nas relações de gênero, bem como entre profissionais e usuárias dos serviços de saúde. E o consequente enfrentamento da violência obstétrica demanda capacitação atualizada para os profissionais de apoio à saúde integral da parturiente.

Noli *et al.* (2021) destacaram a violência obstétrica na ótica da invisibilidade e enfrentamento psicológico assertivo no que tange às consequências de atos exercidos por profissionais da saúde que violem os direitos reprodutivos e sexuais de mulheres no processo gravídico-puerperal. Daí, é pertinente perceber a imprescindibilidade do olhar da psicologia na investigação e no enfrentamento da violência promovendo o empoderamento feminino e a preservação da subjetividade da mulher. De modo semelhante, Paiva *et al.* (2022) evidenciam que a violência obstétrica por parte dos profissionais atinge as puérperas na ausência de informação, no tratamento recebido e na privação de seus direitos. Por isso, fala-se em representações sociais sobre a violência obstétrica nos aspectos técnicos e normativos da prática obstétrica evocados pelos profissionais e ressignificada pelas puérperas nos elementos comportamentais e mentais que são percebidos durante o processo de parturição.

É notório que a percepção das parturientes sobre a violência não pode ser desconsiderada (Teixeira *et al.*, 2020), e assim, informação e conhecimento será parte intrínseca do papel profissional do acompanhamento psicológico desde o pré-natal até os pós-parto. Ademais, Zanardo *et al.* (2017) empreenderam

relevante pesquisa bibliográfica sobre a violência obstétrica a partir de conceitos e marcos legais para a discussão e proposição sobre o panorama brasileiro da assistência digna ao parto bem como no enfrentamento à violência obstétrica no Brasil. O enfrentamento dessa questão deve fazer parte de uma necessária mudança nas práticas assistenciais vigentes, visando a reduzir as intervenções desnecessárias, as violações aos direitos das mulheres e a respectiva invisibilidade dos processos oriundos do trauma e do adoecimento mental da parturiente e do nascituro, algo que deve ser enfrentado no exercício profissional da psicologia.

Discutiu-se, assim, uma questão não apenas de violência obstétrica e psicologia perinatal, mas sim no lugar e no tratamento respeitoso da condição do feminino na sociedade brasileira no que tange aos direitos fundamentais da parturiente e do nascituro, de modo qualitativo, em relação à produção de memórias positivas do parto e novo nascimento no espaço hospitalar, tanto para a família quanto para os profissionais de saúde envolvidos nesse processo, o que de outro jeito, o traumático, produzirá adoecimento mental psíquico tanto da paciente mulher, da criança e da família.

Dessa forma, a violência obstétrica como imposição de sofrimento e dor à parturiente e ao nascituro estão dentre algumas questões, a saber: ações ocasionadas por profissionais de saúde, ausência de informação e conhecimento de direitos, falhas estruturais clínico-hospitalares e de uma cultura de um atendimento desumanizado e abusivo de ordem física, simbólica e psicológica.

Essa prevalência em nível individual, ou grupal, perpassa diretamente em camadas de baixa escolaridade, mulheres pobres e sem acompanhamento de qualidade no pré-natal que impede a gestante de vivenciar de modo pleno o processo final da gestação que é o nascimento, assim, a manobra de Kristelle (pressão sobre a parte superior da barriga), Episiotomia (corte feito na região do períneo), ausência de apoio familiar ou do companheiro, agressões verbais, simbólicas e físicas precisam ser enfrentadas a fim de uma humanização do parto e do nascimento para esse momento especial na vida da mulher e da família. Por

isso, a negligência e a violência obstétrica devem ser combatidas com acesso às práticas profissionais respeitosas às mulheres, sua autonomia ao corpo e ao processo reprodutivo.

O psicólogo é partícipe de uma rede profissional de saúde, e a devida assistência é intrínseca a uma equipe multiprofissional durante e posterior à gestação. E é claro que essa luta para a qualificada maternidade positiva se vincula à segurança da mulher e do nascituro, que chega ao nível familiar na recepção dessas duas esferas.

Consciente de suas responsabilidades, é participante da assistência humanizada de uma experiência, por si só marcante, e que seja de modo positivo o produto de memórias para a vida, e doutro modo, caso seja traumática, o psicólogo atuará na emergência e na prática clínica frequente como acompanhamento posterior aos passos a seguir no tratamento psicológico intrafamiliar.

Cabe ainda ao psicólogo perinatal fazer parte de uma necessária mudança nas práticas assistenciais vigentes em relação às violações dos direitos das mulheres, que ocorrem quando são realizadas intervenções desnecessárias em todo o processo, porque tem sido naturalizado a invisibilidade dos processos oriundos do trauma e do adoecimento mental da parturiente e do nascituro.

Portanto, destacou-se a relevância tanto da necessidade do profissional de psicologia no espaço hospitalar, quanto ao devido preparo profissional do psicólogo perinatal e sua atuação nos casos de prevenção e tratamento das consequências da violência obstétrica, e esse, como participante de uma rede de apoio à saúde da mulher e do recém-nascituro, tanto no acolhimento e orientação para a saúde psicológica bem como no acesso ao conhecimento dos direitos ao atendimento de qualidade na Rede de Saúde.

## CONSIDERAÇÕES (NADA)FINAIS

Ao invés do lugar normal e comum da palavra 'conclusão', utilizo o termo conceito 'considerações (nada) finais' porque não há nada finalizado na temática abordada deste livro, tantos ainda são os desafios abordados nesta obra. Aqui ocorre apenas o encerramento formal do texto do livro, entretanto, o assunto do corpo como texto segue por aí sendo escrito e rescrito no cotidiano humano nas questões de gênero, educação e violências na afirmação dos assujeitamentos humanos. Essas questões não têm fim, sobre essas perspectivas e reflexões, a teoria e a prática, às vezes colidem, por outras vezes, somam-se num esforço contínuo para uma nova formação humana para um mundo novo.

"Corpo riscado: gênero, educação e violência" propõe uma elaboração dos sentidos no qual o corpo é experienciado, pessoal e coletivamente, assim como é representado e vivenciado em relação a questões de gênero e como a educação e a violência interagem com essas experiências de cada um. Se o corpo puder ser visto como um texto que pode ser lido e interpretado, revelando normas sociais, desigualdades e padrões de poder, bem como as marcas de violências trazidas na corporeidade humana. Por conseguinte, a educação como formação humana possui crucial relevância na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção do respeito, enquanto a violência, especialmente a violência de gênero, afeta profundamente a experiência corporal-social-cultural e a vida das pessoas.

Tudo aí está para ser lido e interpretado: identidades e experiências de várias violências de gênero, a saber, física, psicológica, sexual, simbólica, educacional, profissional *etcoetera*. No caso específico das mulheres, alvo predileto de uma masculinidade feroz e estéril, a desconstrução dos agentes da desigualdade é uma plataforma e ferramenta promotora para relações saudáveis nos diversos espaços onde realizamos nossa experiência pessoal e coletiva.

A psicologia e a educação devem discutir as violências contra as mulheres nos espaços formativos de consciência e cidadania como prevenção de violências, assim como proposição de novas práxis sobre prevenção e ação para a promoção

democrática de vivências e lugares livres de escritas de sangue nos corpos das mulheres.

Dessa forma, o tema discutido neste livro é, por si só, interdisciplinar, porque, de alguma maneira, acolhe discussões psicológicas, pedagógicas, filosóficas, sociológicas etc., com recortes feministas, interseccionais, profissionais, escolares, familiares, classe, religião etc., ou seja, a noção do corpo como um texto parte da incitação a não violência da linguagem e das ações sistêmicas, logo, aberto, lido, analisado e interpretado carrega consigo uma história repleta de narrativas e vivências para, de fato, rejeitar as normatividades da violência na sociedade brasileira.

O que fazer, então? Não obstante serem difíceis as repostas, desnaturalizar os discursos de violência de gênero já é um norte, ademais, a práxis de uma psicologia e pedagogia acolhedora com base no respeito à diversidade de corpos e textualidades criará um espaço de escutatórias e reescrita de dores e corpos riscados, bem como na valorização dos saberes e das experiências plurais.

Este livro é uma voz que busca refletir a tecitura de conceitos, vidas e histórias a fim de se unir à construção de uma nova narrativa presente-futura, ainda a se ver, sobre as relações de gênero, educação e violências, no qual os corpos riscados vivem e se curam, vivem e se reescrevem, vivem e se reconstroem. Por isso, as considerações nada finais, os corpos, as almas e as histórias estão sendo escritas e reescritas, e isso realmente importa.

## APRESENTAÇÃO DA AUTORA

Ramayca Helen de Lima Resende é goiana, como se diz no Goiás, “goiana do pé rachado”, e isso carrega uma série de boas vivências, memórias e modos de ver a vida. Nesse espaço-tempo, cursou sua graduação em Psicologia no Centro Universitário FACUNICAMPS. Fez a pós-graduação em Psicologia Social no PROMINAS, assim como, uma especialização em Psicologia da Educação no CENES. Em breve, seguirá para o mestrado e, posteriormente, o doutorado em Psicologia.

Psicóloga Clínica

*E-mail:* psiramaycahelen@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ABREU, Grazielle Azevedo; SOUZA, Josinaldo Furtado de; AZEVEDO, Regina Lídia Wanderlei de; LIMA, Flavio Lúcio de Almeida. **Violência Obstétrica e Assistência Perinatal na América Latina: Uma Revisão Integrativa**. Disponível em:

<https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3903/2801>.

Acesso em: 11 abr. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Railda; SANTOS, Gabriella; FERREIRA, Patrick; COSTA, Angelica; COSTA, Emanuel. Atualidades sobre a psicologia da saúde e a realidade Brasileira: **Psicologia, Saúde e Doenças**, vol. 18, núm. 2, 2017, p. 545-555 Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36252193021.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

ALVES, Rubem. **A Educação e o Mistério da Vida**. São Paulo: Papirus, 2002.

ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BARBOSA, Adriana de Oliveira; SOARES, Bruna Keênia Fonseca; REIS, Jakeline Assunção dos; ITACARAMBY, Livia Gomes Souza. **A psicologia perinatal e a sua importância na prevenção da depressão pós-parto: uma revisão bibliográfica**. Disponível em:

<https://revistacientificabssp.com.br/article/611aafada953954553340de4/pdf/rcbssp-2-1-611aafada953954553340de4.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BARROS, T. M. Psicologia e Saúde: Intervenção em hospital geral. **Aletheia** [online], 10, 1999. 115-120. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-404003>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BÖING, E.; CREPALDI, M. A. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 634-649, set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Relatórios do Conselho Nacional de Saúde. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde; 1995, 2000, 2004 e 2011. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios.htm>. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Despacho SEI/MS nº 9087621 - Processo nº 25000.063808/2019-47. Brasília, DF: Departamento de ações programáticas estratégicas, 03 maio 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/recomendacao-n-5-de-9-de-maio-de-2019-149878165>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_pre\\_natal\\_puerperio\\_3ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf). Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Nacional de Violência contra as Mulheres**. Brasília: Mulheres, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. PORTARIA Nº 1.459/GM/MS, 24 DE JUNHO DE 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html). Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. PORTARIA Nº 569/GM, 1º DE JUNHO DE 2000. **Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS**. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569\\_01\\_06\\_2000\\_re.p.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_re.p.html). Acesso em: 30 abr. 2023.

BRITO, C. M. C. de; OLIVEIRA, A. C. G. de A; COSTA, A. P. C. de A. Violência obstétrica e os direitos da parturiente: o olhar do poder judiciário brasileiro. **Cad. Ibero Am. Direito Sanit.** [Internet]. 2020; 9(1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17566/ciads.v9i1.604>. Acesso em: 23 maio 2023.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Tradução de Fernanda Siqueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDEAL, Érika Rayane do Amaral. BRITO, Evelline Ferreira de. A violência obstétrica e suas implicações na saúde mental da mulher parturiente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 09, Vol. 05, pp. 27-55. setembro de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/mulher-parturiente>. Acesso em: 03 mar. 2023.

CARDEAL, Érika Rayane do Amaral. BRITO, Evelline Ferreira de. A violência obstétrica e suas implicações na saúde mental da mulher parturiente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 09, Vol. 05, pp. 27-55. Setembro de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/mulher-parturiente>, DOI:

10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/mulher-parturiente.  
Acesso em: 13 maio 2023.

CASTRO, L. S.; SANTOS, R. S.; SILVA CRUZ, A. H. da. Educação e teorias da aprendizagem: um foco na teoria de Vygotsky. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 11, n° 1.

COELHO, Júlia Araujo et al. Violência obstétrica: a agressão silenciosa nas salas de parto. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas** v. 5, n. 9, jan./jun. 2020 - ISSN 2448-0738. Acesso em: 28 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010/05**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: [https://crpsc.org.br/ckfinder/userfiles/files/codigo\\_etica\\_novo2005.pdf](https://crpsc.org.br/ckfinder/userfiles/files/codigo_etica_novo2005.pdf). Acesso em: 13 abr. 2023.

CREPOP. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) nos serviços hospitalares do SUS**. 2019. Disponível: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ServHosp\\_web1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ServHosp_web1.pdf). Acesso: 05 abr. 2023.

CUNHA, Thaís; MARTINS, Flávia. Violência doméstica e o ciclo da violência: uma abordagem interdisciplinar. **Revista de Estudos de Gênero e Sexualidade**, v. 5, n. 2, p. 112-127, 2021.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Sabrina Lobato; PACHECO, Adriana Oliveira. **Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica**. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/232/115>. Acesso em: 11 abr. 2023.

DIAS, Sabrina Lobato; PACHECO, Adriana Oliveira. Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**. Macapá, AP, Ano 2020, v. 3, n. 1, p. 04-13 - ISSN 2595-4407. Acesso em: 29 maio 2023.

FACCHINI, Regina. **Gênero e diversidade: experiências formativas em debate**. São Paulo: UNESP, 2020.

FERREIRA, C. G., & SANTOS, L. M. A Zona de Desenvolvimento Proximal e sua aplicação no contexto educacional: reflexões para a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação**, 26(89), 251-270. 2021.

FOSSI, Luciana Barcellos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A psicologia hospitalar e as equipes multidisciplinares. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 29-43, jun. 2004. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582004000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 06 maio 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRAGOSO, M. I. M.; MARINHO, H. M. A relação linguagem, pensamento e ação na microgênese das funções psíquicas superiores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 1, p. 37-46, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/nsW8g4FDYnzjvkPqMMHskZn/>. Acesso em: 10 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IACONELLI, V. **O que é psicologia perinatal: definição de um campo de estudo e atuação**, Área de Estudos do Instituto Brasileiro de Psicologia Perinatal, 2012. Disponível em: <http://www.institutogerar.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2023.

KEHL, Maria Rita. Banalização da violência contra a mulher: um pacto social inconsciente. *In: Ressentimento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: A atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LANSKY, Sônia. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(8):2811-2823, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrjj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2023.

LEAL, Maria do Carmo *et al.* Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil nos 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1915-1928, 2018.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Calvacanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira (orgs.). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EdUCS, 2010.

LIMA, ROSÂNGELA FERREIRA DE. **A função do psicólogo no contexto hospitalar**. Disponível em: <https://repositorio.fps.edu.br/bitstream/4861/663/1/A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20do%20psic%C3%B3logo%20no%20contexto%20hospitalar.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LURIA, A. R. **A mente e a cultura: O pensamento de Vygotsky**. São Paulo: Editora 34, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATIOLI, Aryane Leinne Oliveira. Por baixo dos lençóis: Realidade da violência obstétrica. ECCI. **Anais do 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**. 2021. ISSN 1980-7406. Disponível em: [https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci\\_2021/13-10-2021--15-11-14.pdf](https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/13-10-2021--15-11-14.pdf). Acesso em: 19 maio 2023.

MATOS, M, G; MAGALHÃES, A, S; FÉRES-CARNEIRO, T. Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato das Mães. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2021, v. 41, e219616, 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219616>. Acesso em: 20 maio 2023.

MEDEIROS, Rita de Cássia da Silva Medeiros et al. “Na hora de fazer não chorou”: a violência obstétrica e suas expressões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2022, 30(3):p. 1-12. e71008 DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n371008. Acesso em: 23 maio 2023.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9. ed. Petrópolis: Vozes; 2018.

NOLI, Carol *et al.* Violência obstétrica: Invisibilidade e enfrentamento psicológico. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, e44110716868, 2021. (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16868>. Acesso em: 13 maio 2023.

OLIVEIRA, R. L. A importância da linguagem no desenvolvimento cognitivo e social na educação infantil. **Revista Brasileira de Psicologia da Educação**, 22(1), 55-69. 2019.

OLIVEIRA, S. M., & Costa, A. P. A mediação pedagógica e o uso da linguagem no ensino fundamental: um estudo sobre a teoria de Vygotsky. **Educação e Pesquisa**, 46, e199303. 2020.

PAIVA, Antonia de Maria Gomes *et al.* Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enferm.** 2022, v27:e75198. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/QwjYXhTt8BKBzhqcn3RRLqv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2023.

PEREIRA, J. *et al.* Violência obstétrica: ofensa à dignidade humana. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 103-108, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6646>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RIBEIRO, F. Tecnologias e mediação no contexto educacional: contribuições para a teoria de Vygotsky. **Educação & Tecnologia**, 14(3), 123-137. 2020.

ROGERS, Carl R. **O poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, A. D. A Zona de Desenvolvimento Proximal no ensino inclusivo: práticas pedagógicas em escolas públicas brasileiras. **Psicologia Educacional Brasileira**, 33(2), 87-99. 2017.

SANTOS, Débora de Oliveira. Mídia e violência contra a mulher: uma análise crítica da cobertura jornalística no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 98-113, 2022.

SHAUGHNESSY, John J. *et al.* **Metodologia da Pesquisa em Psicologia**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SILVA, L. L. A importância da mediação no desenvolvimento cognitivo: contribuições de Vygotsky para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, 48(2), 209-227. 2018.

SILVEIRA, Léa. **Violência contra a mulher: políticas públicas e redes de atendimento**. São Paulo: Cortez, 2015.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: O Mapa da Doença**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

TEIXEIRA, P. da C; ANTUNES, L.S. DUAMARDE, L.T. de L.; VELLOSO, V; FARIA, G.P.G; OLIVEIRA, T. da S. Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar. *Nursing (São Paulo)*. [Internet]. 2020. **Cogitare Enferm.** 2022, v27:e75198. Acesso em: 23 maio 2023.

THARP, R. G., & GALLIMORE, R. A teoria de Vygotsky e a educação: implicações para práticas pedagógicas contemporâneas. **Educação e Sociedade**, 32(7), 1051-1069. 2011.

VILELA, Sabrina. **Sem amparo legal, mulheres sofrem com violência obstétrica**. Disponível em: <https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1422120/t/sem-amparo-legal-mulheres-sofrem-com-violencia-obstetrica/>. Disponível em: <https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1422120/t/sem-amparo-legal-mulheres-sofrem-com-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ZANARDO, G. *et al.* Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 29. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3093/309350113018.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2023.

